

Projeto de conversão fere norma

O Senado aprovou na segunda-feira passada, dia 14, um projeto de lei que fere pelo menos um dispositivo da resolução 82, de 1990, da própria Casa. Esta resolução é a base para as negociações da dívida externa brasileira com os bancos credores internacionais. O projeto de lei aprovado, de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), autoriza a conversão de títulos da dívida brasileira pelo valor de face, ou seja, sem deságio, para investimentos no Nordeste e na área da Amazônia Legal.

A resolução 82 determina, no seu artigo 5º, que os títulos da dívida externa só podem ser utilizados no Programa Nacional de Desestatização se sofrerem deságio de acordo com as regras de mercado.

O entendimento que prevaleceu até agora é que essa limitação também valia para outros tipos de investimentos com base em títulos da dívida externa. Os títulos da dívida valem hoje no mercado cerca de 30% do valor de face e sua conversão sem deságio implicaria num brutal ganho para os detentores desses papéis.

O projeto foi aprovado por votação simbólica, num plenário esvaziado, como ocorre normalmente às segundas-feiras. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) tomou conhecimento da aprovação do projeto por acaso. Ao telefonar ao negociador brasileiro da dívida com os bancos credores internacionais, Pedro Malan, para protestar contra o acordo fechado que, na sua opi-

nião, fere o artigo 5º da resolução 82. Suplicy recebeu a seguinte resposta: "Mas senador, o próprio Senado aprovou esta semana um projeto que estabelece regras diferentes desta resolução para a conversão de títulos da dívida externa".

Suplicy quer agora aprovar um novo projeto que corrija o projeto do senador Humberto Lucena, por considerá-lo um grave precedente que poderá desmoralizar até mesmo a participação do Senado na apreciação dos acordos da dívida externa brasileira, determinada pela Constituição. O senador Humberto Lucena disse ontem que não colocará obstáculos à correção proposta pelo senador do PT. "A conversão sem deságio, prevista no meu projeto, foi um descuido", afirmou. "Mas aceito mudá-lo na Câmara".